



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 134/2011

OBJETO: Aquisição de alimentos, na forma e exigências contidas neste Edital e seus anexos.

- 1. DA SESSÃO PÚBLICA**
- 2. DO OBJETO**
- 3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**
- 4. DO CREDENCIAMENTO**
- 5. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS**
- 6. DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS**
- 7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS DE PREÇOS**
- 8. DA ETAPA COMPETITIVA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 9. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)**
- 10. DA NEGOCIAÇÃO**
- 11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**
- 12. DA HABILITAÇÃO E DA DECLARAÇÃO DE VITÓRIA NO CERTAME**
- 13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 14. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO e DA HOMOLOGAÇÃO**
- 15. DA CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO**
- 16. DO CONTRATO**
- 17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 18. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial

Anexo III – Minuta Contratual

Anexo IV – Modelos de Declaração



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº UNCISAL- xxx/2011

A **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS – UNCISAL**, pessoa jurídica de direito público, entidade da Administração Indireta do Estado de Alagoas, inscrita no CNPJ n.º 12.517.793/0001-08, com sede à Rua Jorge de Lima, n.º 113, Trapiche da Barra, CEP: 57010-300, Maceió, Alagoas, através do Pregoeiro (a) instituído (a) pela Portaria n.º 66/2011 publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas, edição do dia 19 de maio de 2011 e pela Portaria n.º 91/2011 publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas, edição do dia 08 de junho de 2011, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da legislação pertinente, especialmente Lei Federal n.º 10.520/2002, Decreto Estadual n.º 1.424/2003, Decreto Estadual n.º 3.548/2007, Lei Complementar n.º 123/2006, Decreto Estadual n.º 4.123/2009, Decreto Estadual n.º 4.054/2008, Lei Estadual n.º 6.539/2004 e, subsidiariamente, Lei Federal n.º 8.666/1993 e Lei Estadual n.º 5.237/1991, farão realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por lote**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. DA SESSÃO PÚBLICA

1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo Pregoeiro (a), a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital:

DIA: 02 de agosto de 2011

HORÁRIO: 14:00 horas – horário de Brasília

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes-e.com.br

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir da divulgação do Edital no sítio www.licitacoes-e.com.br

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem como objeto a aquisição alimentos, destinados as unidades que compõem o complexo UNCISAL, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência – Anexo I.

2.2. O objeto licitado poderá sofrer acréscimos ou supressões, nas mesmas condições contratuais, dentro dos limites previstos no § 1º do art. 65 da Lei Federal n.º. 8.666/1993.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente licitação os interessados, cadastrados ou não no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

3.2. Não poderá participar da presente licitação:

3.2.1. Empresa que explore ramo de atividade não compatível com o objeto licitado;

3.2.2. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.2.3. Empresa ou sociedade estrangeira;

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DE ALAGOAS-UNCISAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

3.2.4. Empresa suspensa de participar em licitações ou impedida de contratar com o Estado de Alagoas;

3.2.5. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

3.2.6. Empresa que se encontre sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

3.2.7. O autor do Projeto Básico ou Executivo, pessoa física ou jurídica;

3.2.8. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Projeto Básico ou Executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

3.2.9. Empresas, inclusive filiais, que façam parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro.

3.2.10. Servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

3.2.11. Empresa que esteja cumprindo pena de interdição temporária de direito devido à prática de atividades lesivas ao meio ambiente, nos termos da Lei nº 9.605/1998;

3.2.12. Empresa que esteja proibida, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), de participar de licitação junto a Administração Pública, nos termos da Lei nº 8.884/1994.

3.2.13. Sociedades cooperativas de mão-de-obra.

3.3. As microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP), inclusive cooperativas assim qualificadas, participantes da presente licitação beneficiar-se-ão do tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006.

3.3.1. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido concedido às microempresas e empresas de pequeno porte os interessados que se enquadrem em qualquer das exclusões previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, abaixo transcrito:

“(…)

§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DE ALAGOAS-UNCISAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X – constituída sob a forma de sociedade por ações.

§ 5º O disposto nos incisos IV e VII do § 4º deste artigo não se aplica à participação no capital de cooperativas de crédito, bem como em centrais de compras, bolsas de subcontratação, no consórcio referido no art. 50 desta Lei Complementar e na sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar, e em associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedade, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 6º Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte incorrer em alguma das situações previstas nos incisos do § 4º deste artigo, será excluída do regime de que trata esta Lei Complementar, com efeitos a partir do mês seguinte ao que incorrida a situação impeditiva.

(...)”

3.4. Somente poderão participar da presente licitação os interessados previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico, nos termos do *caput* do art. 4º, Anexo II, do Decreto Estadual nº 1.424/2003, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data de realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Os interessados deverão credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio www.licitacoes-e.com.br, observado o seguinte:

4.1.1. O credenciamento far-se-á mediante a atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

4.1.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

4.1.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso;

4.1.4. O credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implica responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DE ALAGOAS-UNCISAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

4.1.5. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

5.1. Após a divulgação deste Edital no endereço eletrônico, a licitante deverá enviar proposta de preços, com o respectivo anexo, se for o caso, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, inclusive marca e modelo, até data e hora marcadas para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

5.1.1. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.1.2. Após a abertura da sessão pública, a proposta apresentada não poderá ser alterada, exceto, quanto ao valor:

5.1.2.1. Durante a etapa de lances;

5.1.2.2. Em razão do tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006;

5.1.2.3. Em razão de negociação realizada pelo Pregoeiro.

5.2. O envio da proposta eletrônica de preços ocorrerá mediante a digitação da senha, pessoal e intransferível, da licitante e o subsequente encaminhamento de proposta comercial no valor global, do objeto licitado, já considerados e inclusos tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução contratual.

5.2.1. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importará a desclassificação da proposta.

5.3. No ato de envio da proposta eletrônica de preços, a licitante declarará, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

5.4. No ato de envio da proposta eletrônica de preços, a licitante declarará, em campo próprio do sistema eletrônico, a inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação.

5.5. No ato de envio da proposta eletrônica de preços, a licitante declarará, em campo próprio do sistema eletrônico, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

5.6. No ato de envio da proposta eletrônica de preços, a licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) que desejar se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006 declarará, em campo próprio do sistema eletrônico, que atende aos requisitos previstos no art. 3º da mencionada lei.

5.7. Havendo a divisão do objeto licitado em itens ou lotes de itens, é permitido à licitante apresentar propostas para um, alguns ou todos os itens ou lotes de itens objeto da presente licitação.

6. DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

6.1. A proposta eletrônica de preços será considerada completa, abrangendo todos os custos necessários à execução contratual.

6.1.1. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.2. A proposta eletrônica de preços deverá limitar-se ao objeto da presente licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

6.3. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta eletrônica de preços implica conhecimento e submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo.

6.3.1. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital.

6.4. O prazo de validade da proposta eletrônica de preços enviada não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data de abertura da sessão pública.

6.4.1. Não havendo, na proposta, indicação expressa do seu prazo de validade, este será considerado, para todos os efeitos, conforme o subitem anterior.

6.4.2. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para a contratação, fica a licitante liberada do compromisso assumido.

6.5. O prazo de execução do objeto licitado será de 60 (sessenta) dias, contados da Ordem de Entrega, acompanhada da Nota de Empenho.

6.5.1. Não havendo, na proposta, indicação expressa do prazo de execução do objeto licitado, este será considerado, para todos os efeitos, conforme o subitem anterior.

6.6. O prazo de garantia do objeto licitado será de no mínimo 12 (doze) meses, contados da data do seu recebimento definitivo.

6.6.1. Não havendo, na proposta, indicação expressa do prazo de garantia do objeto licitado, este será considerado, para todos os efeitos, conforme o subitem anterior.

6.6.2. A garantia do objeto licitado consiste na prestação, pela contratada, de todas as obrigações para ela previstas neste Edital e em seus anexos, além daquelas estabelecidas na Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS DE PREÇOS

7.1. Na data e hora marcadas, o Pregoeiro, mediante a digitação da sua chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, abrirá a sessão pública do Pregão Eletrônico nº UNCISAL- **xx/2011**.

7.2. As licitantes interessadas poderão participar da sessão pública na Internet, por meio do uso dos recursos de acesso.

7.3. Durante a sessão pública, cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em virtude da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4. A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante a troca de mensagens, inseridas em campo próprio do sistema eletrônico.

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DE ALAGOAS-UNCISAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

7.5. Após a abertura da sessão pública, o Pregoeiro classificará as propostas eletrônicas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações e condições constantes neste Edital.

7.5.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema eletrônico, com acompanhamento em tempo real por todas as licitantes.

7.6. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas eletrônicas de preços classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa competitiva, para a formulação de lances.

7.7. As propostas eletrônicas de preços recebidas, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, inclusive marca e modelo, e eventuais anexos, estarão disponíveis na Internet para consulta.

8. DA ETAPA COMPETITIVA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Classificadas e ordenadas às propostas eletrônicas de preços, o Pregoeiro dará início à etapa competitiva do Pregão, momento em que as licitantes poderão formular lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.2. A licitante será informada em tempo real do recebimento do seu lance e do respectivo valor consignado no registro.

8.3. As licitantes serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante que o tenha formulado.

8.4. Na formulação de lances, serão observados os seguintes aspectos:

8.4.1. Os lances formulados serão sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.

8.4.2. A licitante somente poderá formular lance inferior ao último por ela formulado e registrado no sistema eletrônico.

8.4.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de igual valor, prevalecendo aquele que for formulado e registrado primeiro.

8.5. Durante a etapa competitiva da sessão pública, o Pregoeiro desclassificará, fundamentadamente e com registro no sistema eletrônico, lance cujo valor seja considerado flagrantemente inexequível.

8.6. No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo formulados, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação específica às licitantes, realizada no endereço eletrônico utilizado para publicidade da presente licitação.

8.8. A etapa competitiva da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro, mediante o encaminhamento de Aviso de Fechamento Iminente, respeitando-se, a partir de então, intervalo de tempo de até 30 (trinta) minutos, determinado a critério do Pregoeiro, para a formulação de lances.

8.9. Após o encerramento da etapa competitiva da sessão pública por decisão do Pregoeiro, de acordo com o subitem anterior, o sistema eletrônico encaminhará novo Aviso de Fechamento Iminente, respeitando-se, a partir de então, intervalo de tempo de

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DE ALAGOAS-UNCISAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

até 30 (trinta) minutos, randomicamente determinado pelo próprio sistema eletrônico, para a formulação de lances, após o que será, automaticamente e em definitivo, encerrado a etapa competitiva da sessão pública.

9. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E COOPERATIVAS

9.1. Encerrada a etapa competitiva da sessão pública, se o lance de menor preço não tiver sido feito por ME ou EPP e houver lance apresentado por ME ou EPP igual ou superior em até 5% (cinco por cento) àquele (Empate Ficto), proceder-se-á da seguinte forma:

9.1.1. A ME ou a EPP em empate ficto com lance de menor preço será convocada, mediante envio de mensagem automática pelo sistema eletrônico, para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados daquela mensagem, um último lance, obrigatoriamente abaixo do lance de menor preço;

9.1.2. Não atendendo a ME ou EPP em empate ficto com lance de menor preço à convocação prevista no subitem anterior, o sistema eletrônico, de forma automática, convocará as demais licitantes que se enquadrem na situação de empate ficto, descrita no subitem 9.1., na ordem classificatória, para o exercício do direito previsto no subitem 9.1.1.;

9.1.3. Havendo igualdade de valores entre os lances apresentados por ME ou EPP que se enquadrem na situação de empate ficto, descrita no subitem 9.1., o sistema eletrônico realizará sorteio, definindo e convocando automaticamente a licitante nele vencedora para o exercício do direito previsto no subitem 9.1.1.

9.2. Exercido o direito previsto no subitem 9.1.1., a ME ou a EPP que o tenha feito passará à condição de detentora do lance de menor preço.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa competitiva e concedido o tratamento diferenciado e favorecido a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), o Pregoeiro poderá encaminhar contraposta diretamente à licitante detentora do lance de menor preço, a fim de que seja obtida oferta melhor, observada o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1. Concluída a negociação, quando houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do lance de menor preço quanto ao valor estimado para a contratação.

11.1.1. Caso não tenham sido formalizados lances, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta eletrônica de menor preço quanto ao valor estimado para a contratação.

11.2. No exame da aceitabilidade do lance de menor preço quanto ao valor estimado para a contratação, o Pregoeiro não levará em consideração oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DE ALAGOAS-UNCISAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

11.3. Será inaceitável o lance que apresente valor zero ou valores inexequíveis, assim considerados os incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se refiram a materiais e instalações de propriedade da licitante, em relação aos quais ela renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.3.1. Se houver indícios de inexequibilidade do lance de menor preço, poderá o Pregoeiro, na forma do § 3º do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993, adotar as seguintes providências, entre outras:

11.3.1.1. Questionamentos junto à licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

11.3.1.2. Verificação de acordos ou convenções coletivas de trabalho e de sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

11.3.1.3. Levantamento de informações junto aos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social;

11.3.1.4. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

11.3.1.5. Pesquisas em órgãos ou entidades públicas e em empresas privadas;

11.3.1.6. Verificação de outros contratos que a licitante mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;

11.3.1.7. Pesquisas de preço junto aos fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados, fabricantes;

11.3.1.8. Verificação das Notas Fiscais dos insumos e produtos adquiridos pela licitante;

11.3.1.9. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

11.3.1.10. Realização ou consulta de estudos setoriais;

11.3.1.11. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

11.3.1.12. Solicitação de pareceres de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da UNCISAL ou de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão, desde que legitimamente habilitadas moral e tecnicamente para tanto;

11.3.1.13. Demais providências que, no caso concreto, verifiquem-se pertinentes e necessárias.

11.3.2. Qualquer licitante poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade do lance de menor preço, devendo, nesse caso, apresentar as provas ou os indícios que fundamentam sua suspeita.

11.4. No exame da aceitabilidade do lance de menor preço quanto ao valor estimado para a contratação, o Pregoeiro relevará, de forma fundamentada e registrada no sistema eletrônico, erros ou falhas que não alterem a substância da oferta, atribuindo-lhe validade e eficácia para fins de aceitabilidade.

11.5. Se o lance de menor preço for inaceitável, o Pregoeiro examinará o lance subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a identificação de algum aceitável quanto ao valor estimado para a contratação.

12. DA HABILITAÇÃO E DA DECLARAÇÃO DE VITÓRIA NO CERTAME

12.1. Havendo aceitação do lance de menor preço quanto ao valor estimado para a contratação, o Pregoeiro, expressamente, solicitará da respectiva licitante o

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DE ALAGOAS-UNCISAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

encaminhamento dos documentos de habilitação arrolados no item 13. deste Edital, acompanhados de proposta escrita adequada ao lance de menor preço, no prazo de 40 (quarenta) minutos, sob pena de inabilitação, através de um dos seguintes meios:

12.1.1. Via fac-símile, através dos números (82) 3315-6741/3315-6713 ou outro informado pelo Pregoeiro em campo próprio do sistema eletrônico;

12.1.2. Via e-mail, com os documentos escaneados em anexo, encaminhado para o endereço eletrônico uncisalcpl@gmail.com e identificado, no corpo e título, através do número do Pregão Eletrônico e do nome do Pregoeiro;

12.1.3. Pessoalmente, na sede da UNCISAL, com os documentos acondicionados em envelope lacrado, com informe do número do Pregão Eletrônico, a ser entregue ao Pregoeiro.

12.2. As ME e EPP encaminharão, juntamente com os documentos indicados no subitem 12.1., a comprovação dessa sua qualidade mediante a apresentação de Certidão Simplificada expedida pela Junta comercial de sua sede, nos termos da IN nº 103/2007 do DNRC.

12.3. As cooperativas apresentarão declaração, juntamente com os documentos indicados no subitem 12.1., da qualidade de micro cooperativa ou cooperativa de pequeno porte, nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488/2007 c/c o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

12.4. Caberá à licitante manifestar-se, em campo próprio do sistema eletrônico, acerca do meio por ela escolhido para o encaminhamento dos documentos de habilitação, solicitando do Pregoeiro, em seguida, confirmação do respectivo recebimento.

12.5. Os documentos de habilitação arrolados no item 13. deste Edital, a serem encaminhados ao Pregoeiro através de um dos meios previstos no subitem 12.1., deverão:

12.5.1. Estar em nome da licitante, com indicação de um único número de CNPJ;

12.5.2. Estar válidos, conforme o prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;

12.5.3. Estar datados dos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à data marcada para a abertura da sessão pública, quando não houver prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;

12.5.4. Ser apresentados, perfeitamente legíveis, em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou servidor que realize a licitação ou em publicação de órgão da imprensa oficial.

12.6. No caso de a licitante possuir filiais, a documentação de habilitação apresentada deverá referir-se apenas a uma das filiais ou apenas à matriz, salvo disposição legal em contrário, podendo a contratação realizar-se unicamente com a pessoa jurídica a que se referem os documentos.

12.7. Não será aceito "protocolo de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos de habilitação exigidos neste Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito conhecido e aceitos, de forma fundamentada e registrada no sistema eletrônico, pelo Pregoeiro.

12.8. A microempresa (ME) ou a empresa de pequeno porte (EPP) detentora do lance de menor preço deverá encaminhar todos os documentos de habilitação arrolados no item 13. deste Edital, acompanhados de proposta escrita adequada ao lance de menor preço,

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DE ALAGOAS-UNCISAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

inclusive a documentação de regularidade fiscal, ainda que esta apresente alguma restrição.

12.9. Encaminhados e recebidos os documentos de habilitação, o Pregoeiro verificará o atendimento às exigências habilitatórias fixadas neste Edital, declarando habilitada e vencedora no certame a licitante que tenha satisfeito a todas.

12.10. Caso a licitante não tenha satisfeito a qualquer das exigências habilitatórias fixadas neste Edital, o Pregoeiro declarará-la inabilitada, passando a examinar, nos moldes do item 11. deste Edital, a aceitabilidade do lance subsequente de menor preço, na ordem de classificação, sucessivamente, para depois verificar o atendimento às exigências habilitatórias por parte da respectiva licitante, até a apuração de oferta aceitável oferecida por licitante habilitada.

12.11. Ainda que verificada alguma restrição na documentação de regularidade fiscal de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), o Pregoeiro a declarará habilitada e vencedora no certame, dando ciência dessa decisão às demais licitantes e intimando a ME ou a EPP para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da declaração de vitória, ou após o julgamento de eventuais recursos interposto, proceder à regularização dos documentos.

12.11.1. A pedido do interessado, o prazo de 2 (dois) dias úteis fixado no subitem anterior é prorrogável, por igual período, a critério da Administração, mediante decisão do Pregoeiro, de forma fundamentada e registrada no sistema eletrônico.

12.11.2. A não-regularização da documentação, no prazo e condições previstas no subitem anterior, implica a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal 8.666/1993 e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, devendo a Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sucessivamente, nos moldes dos itens 9., 10. e 11. deste Edital.

12.12. Os documentos de habilitação arrolados no item 13. deste Edital e encaminhados via fac-símile ou via e-mail, deverão ser fisicamente entregues ao Pregoeiro, na sede da UNCISAL, com os documentos acondicionados em envelope lacrado, com informe do número do Pregão Eletrônico, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados da data do recebimento do fac-símile ou do email, inclusive.

13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1. É permitida a verificação da habilitação jurídica e da regularidade fiscal, na forma e condições estabelecidas neste Edital, por meio de cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, assegurado à licitante já inscrita o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão pública.

13.1.1. O Pregoeiro confirmará o cadastramento da licitante no SICAF mediante consulta *on-line*, com a devida impressão do documento verificador.

13.2. O cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em qualquer unidade credenciada para tal integrante dos órgãos/entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que integram o Sistema de Serviços Gerais - SISG.

13.3. Para habilitação na presente licitação, o interessado deverá atender às condições exigidas para o cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data marcada para a abertura da sessão pública.

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DE ALAGOAS-UNCISAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

13.3.1. No caso de cadastramento ou atualização de cadastro realizados no prazo definido acima, porém ainda não constante no SICAF, o interessado deverá comprovar, na sessão pública, o cumprimento daquela exigência, sendo a licitante considerada habilitada neste quesito.

13.3.2. Excepcionalmente, o Pregoeiro poderá consultar diretamente as páginas dos órgãos emissores na Internet, para confirmação da regularidade.

13.4. A licitante que optar por não utilizar o SICAF para fins de verificação do atendimento às exigências de habilitação jurídica e regularidade fiscal fixadas neste Edital deverá encaminhar os documentos relacionados a seguir:

13.4.1. Cédula de Identidade, no caso de pessoa física;

13.4.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

13.4.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

13.4.3.1. O ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor deverão estar acompanhados de todas as alterações sofridas ou da respectiva consolidação.

13.4.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

13.4.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.4.6. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

13.4.7. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.4.8. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, conforme Decreto Federal nº 6.106/2007, a qual será efetuada mediante a apresentação de:

13.4.8.1. Certidão específica, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, quanto às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei Federal nº 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, por ela administradas;

13.4.8.2. Certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por ele administrados.

13.4.9. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante através de certidão negativa de débitos, com validade na data de realização da licitação;

13.4.10. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante através de certidão negativa de débitos, com validade na data de realização da licitação;



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

13.4.11. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

13.5. Todas as licitantes, cadastradas ou não no SICAF, deverão encaminhar os documentos relacionados a seguir:

13.5.1. Registro ou Inscrição na entidade profissional competente, no caso de pessoa física;

13.5.2. Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

13.5.3. Comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

13.5.4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, com data de expedição não superior a 30 (trinta) dias, quando não houver prazo de validade expresso no documento;

13.5.5. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social 2010, na forma da Lei, já exigíveis, certificados por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade competente (com firma reconhecida em Cartório e Declaração de Habilitação Profissional – DHP), contendo Termo de Abertura, Encerramento e Registro no órgão competente, extraídos do livro Diário, comprovando a boa situação financeira da licitante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados a mais de 03 (três) meses da data de sua apresentação, vedada a substituição por Balancetes e Balanços provisórios.

As Sociedades Anônimas e outras Companhias obrigadas à publicação de Balanço, na forma da Lei, apresentarão cópias da publicação de: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, incluída a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; e Notas Explicativas do Balanço, além de cópia da Ata da Assembléia Geral Ordinária de aprovação.

As demais empresas apresentarão: Balanço Patrimonial registrado na Junta Comercial; Demonstração do Resultado do Exercício; e cópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial.

Nomeados, pelas licitantes, os valores do Ativo Circulante, do Realizável a Longo Prazo, do Passivo Circulante, do Exigível a Longo Prazo e do Patrimônio Líquido, a comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) iguais ou maiores que 01 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

SG = Ativo Total / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante;

13.5.6. Declaração, por parte da licitante, de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação.

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DE ALAGOAS-UNCISAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

13.5.7. Declaração, por parte da licitante, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

13.6. A licitante cooperativa deverá encaminhar, além da documentação prevista nos itens 13.4 e 13.5, no que couber, os documentos relacionados a seguir:

13.6.1. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

13.6.2 Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual se houver, conforme previsto no art. 107 da Lei Federal nº 5.764; e.

13.6.3. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

13.6.4. Os licitantes deverão apresentar, além dos documentos de habilitação exigidos, os seguintes documentos:

13.6.4.1. Resolução ou publicação no Diário Oficial da União (DOU) que concedeu o registro do produto, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

13.6.4.2 Caso o prazo de validade do registro esteja vencido, a licitante deverá encaminhar Certificado de Registro ou publicação no Diário Oficial da União (DOU) acompanhado do pedido de revalidação "FP 1" e "FP 2", datado do semestre anterior ao do vencimento, na forma do art.14, §6º, do Decreto Federal nº 79.094/1977;

13.6.4.3. Caso o produto esteja dispensado de registro, a licitante deverá encaminhar Declaração de Notificação de Dispensa de Registro ou Certificado de Dispensa de Registro, emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, ou outro documento oficial apto a comprovar a dispensa do registro, ficando a cargo da licitante a comprovação de que o produto não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária;

13.6.4.4. Autorização de Funcionamento, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de acordo com a Lei Federal nº 6.360/1976;

13.6.4.5. Alvará de Licença atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da licitante, de acordo com o Código Sanitário e legislação complementar;

13.6.4.6. Certificado do INMETRO ou de outro órgão oficial ou credenciado, de acordo com a norma da ABNT – NBR 13904/2003, quando cabível ao tipo de produto;

14. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO e DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Declarada a vitória no certame, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, em campo próprio no sistema eletrônico, a intenção de recorrer.

14.1.1. A manifestação da intenção de recorrer não será conhecida pelo Pregoeiro caso o licitante recorrente não indique expressa e sucintamente, no prazo indicado no subitem 14.2.1., o ponto em que se funda a contrariedade apresentada, bem como as razões mínimas que busquem convencer o Pregoeiro acerca da motivação.

14.2. A falta de manifestação imediata e motivada por parte da licitante acerca da sua intenção de recorrer implicará decadência do direito de recurso e a Adjudicação do objeto licitado pelo Pregoeiro à licitante vencedora, com posterior encaminhamento do processo



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

administrativo licitatório à autoridade competente para a Homologação do certame e decisão quanto à contratação.

14.2.1. Considera-se imediata a manifestação da intenção de recorrer realizada em até 20 (vinte) minutos da declaração de vitória no certame.

14.3. A licitante recorrente, tendo manifestado imediata e motivadamente a intenção de recorrer, poderá apresentar as razões do seu recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da declaração de vitória no certame, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual prazo, contado do término do prazo da recorrente, sendo assegurada a todos, vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.3.1. Os autos do processo administrativo licitatório permanecerão com vista franqueada às licitantes interessadas, devendo a UNCISAL e o Pregoeiro fornecer todas as informações e cópia dos documentos eventualmente solicitados.

14.3.2. Não serão conhecidas razões e contra-razões intempestivamente apresentadas.

14.4. O recurso interposto, que terá sempre efeito suspensivo do certame, será decidido, justificadamente, pelo Pregoeiro, a quem caberá reconsiderar ou não a decisão recorrida, com a ouvida da Procuradoria Geral do Estado, quando envolver questões jurídicas.

14.5. O acolhimento do recurso pelo Pregoeiro, com a reconsideração da decisão recorrida, importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.6. O não acolhimento do recurso pelo Pregoeiro, com a manutenção da decisão recorrida, acarretará o encaminhamento do recurso, devidamente informado, inclusive com as razões oferecidas pelo Pregoeiro para o seu não acolhimento, ao Reitor (a), a quem competirá a decisão em definitivo.

14.7. Decidido o recurso pela autoridade superior e constatada a regularidade do procedimento realizado, o Reitor (a) da UNCISAL fará a Adjudicação do objeto licitado à licitante vencedora, com posterior encaminhamento do processo administrativo licitatório à autoridade competente para a Homologação do certame e decisão quanto à contratação.

15. DA CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

15.1. A licitante adjudicatária será convocada para assinar o Termo de Contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados daquela convocação.

15.2. Se a licitante adjudicatária, convocada no prazo de validade de sua proposta escrita, não apresentar situação habilitatória regular ou se recusar a assinar o Termo de Contrato, será convocada outra licitante, na ordem de classificação, sucessivamente, para, após negociação e exame da aceitabilidade da oferta, além de verificação do atendimento às exigências habilitatórias fixadas neste Edital, celebrar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

16. DO CONTRATO

16.1. Do Objeto

16.1.1. O objeto licitado será contratado nos termos e condições deste Edital e da proposta escrita da licitante adjudicatária, independentemente de transcrição.

16.2. Da Vigência



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

16.3.1. A contratação do objeto licitado terá vigência de até 31 de dezembro de 2011, contados da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.

16.3. Do Preço e do Reajuste

16.4.1. O preço da contratação do objeto licitado será aquele constante da proposta escrita da licitante adjudicatária, sendo fixo e irrevogável.

16.4. Do Crédito Orçamentário

16.5.1. A despesa decorrente da contratação do objeto licitado correrá a conta do seguinte crédito orçamentário, constante do orçamento da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas-UNCISAL, para o exercício financeiro de 2010:

Programa de trabalho	Descrição	Elemento De despesa	PTRES	PI	Fonte
10.302.0004.2.154.0000	Manut.MESM	3.3.90.30	200082	000481	0291
10.302.0004.2.157.0000	Manut.HEHA	3.3.90.30	200084	000488	0291
10.302.0004.2.155.0000	Manut.HEPR	3.3.90.30	200083	000482	0291
10.122.0004.2.001.0000	Manut.Órgão	3.3.90.30	200080	000473	0100

16.6. Do Recebimento

16.6.1. O recebimento do objeto licitado dar-se-á nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93, compreendendo duas etapas distintas: de recebimento provisório e de recebimento definitivo.

16.7. Do Pagamento

16.7.1. O pagamento do objeto licitado será efetuado pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL, em moeda corrente nacional, por meio de Ordem Bancária, devendo ocorrer até o 30º (trigésimo) dia útil após o recebimento definitivo do objeto licitado, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal devidamente atestada e desde que mantida situação habilitatória regular.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. As licitantes ou contratadas que, por qualquer forma, não cumprirem as normas de licitação ou dos contratos celebrados estão sujeitas às seguintes sanções, asseguradas à contraditória e ampla defesa, nos termos do Decreto Estadual nº 4.054/2008:

17.1.1. advertência;

17.1.2. multa;

17.1.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Alagoas;

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DE ALAGOAS-UNCISAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 17.1.4. descredenciamento ou proibição de credenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores do Estado de Alagoas;
- 17.1.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 17.2. As sanções previstas nos subitens 17.1.1., 17.1.3., 17.1.4. e 17.1.5. deste Edital poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.
- 17.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas de licitação ou dos contratos celebrados.
- 17.4. A multa aplicável será de:
- 17.4.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, pelo atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondentes a até 30 (trinta) dias de atraso;
- 17.4.2. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia, pelo atraso na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão ou entidade interessada, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- 17.4.3. 5% (cinco por cento) por descumprimento do prazo de entrega, calculados sobre o valor total do contrato ou da Nota de Empenho, sem prejuízo da aplicação das multas previstas nos subitens 17.4.1 e 17.4.2.;
- 17.4.4. 15% (quinze por cento) pela recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, em entregar total ou parcialmente o material ou em concluir o serviço, calculados sobre o valor correspondente à parte inadimplente;
- 17.4.5. 15% (quinze por cento) pela rescisão da avença, calculados sobre o valor total do contrato ou da Nota de Empenho;
- 17.4.6. 20% (vinte por cento) pelo não cumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto quanto ao prazo de entrega, calculados sobre o valor total do contrato ou da Nota de Empenho.
- 17.5. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a licitante ou contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente a ela devidos ou cobrada judicialmente.
- 17.6. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega de material ou execução de serviços, se dia de expediente normal no órgão ou entidade interessada, ou do primeiro dia útil seguinte.
- 17.7. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.8. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na entrega de material ou na execução de serviços, a Nota de Empenho ou contrato deverá ser cancelado ou rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa.
- 17.9. A suspensão e o impedimento são sanções administrativas que temporariamente obstam a participação em licitação e a contratação com a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e
- PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DE ALAGOAS-UNCISAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Alagoas, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:

17.9.1.- por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo da Advertência, a licitante ou contratada permanecer inadimplente;

17.9.2 - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no Edital, os documentos exigidos, quer, via fax ou Internet, de forma provisória, quer, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

17.9.3 - por até 12 (doze) meses, quando a licitante ou contratada ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal; e

17.9.4 - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante ou contratada:

17.9.4.1. apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem indevida;

17.9.4.2. praticar atos ilegais ou imorais visando frustrar os objetivos da licitação ou da contratação; ou

17.9.4.3. for multada, e não efetuar o pagamento.

17.10. O prazo previsto no item 17.9.4 poderá ser aumentado até 5 (cinco) anos.

17.11. O descredenciamento ou a proibição de credenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores do Estado de Alagoas são sanções administrativas acessórias à aplicação de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Alagoas, sendo aplicadas, por igual período.

17.12. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada à vista dos motivos informados na instrução processual, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

17.12.1. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir os prejuízos resultantes da sua conduta e depois de decorrido o prazo das sanções de suspensão e impedimento aplicadas.

17.12.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produz efeitos em relação tanto à Administração Direta, Autárquica e Fundacional, às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Alagoas, quanto à Administração Pública da União, demais Estados, Municípios e Distrito Federal.

18. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital.



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

18.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre as petições no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

18.3. Acolhida petição de impugnação deste Edital, será marcada nova data para a abertura da sessão pública.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Este Edital estará à disposição dos interessados na sede da UNCISAL, nos dias úteis, das 08:00 h às 14:00 h, e na Internet, para *download*, no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br e WWW.uncisal.edu.br

19.2. Consultas poderão ser formuladas pelo telefone (82) 3315-6741/6713, preferencialmente.

19.3. Todas as referências de tempo previstas no Edital e no Aviso de Licitação e feitas na sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa a este Pregão.

19.4. Todas as informações relativas à sessão pública serão registradas em ata divulgada no sistema eletrônico, podendo o Pregoeiro, quando necessário, elaborar Ata Complementar, a ser autuada no processo administrativo licitatório.

19.5. É dado ao Estado de Alagoas revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, na forma do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993.

19.6. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração de propostas ou apresentação de documentos na presente licitação.

19.7. É facultada ao Pregoeiro e ao Reitor (a) da UNCISAL, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

19.8. As licitantes se submetem aos termos da Lei Estadual nº 6.539/2004.

19.8.1. A licitante adjudicatária cujo estabelecimento esteja localizado no Estado de Alagoas, desde que tenha optado por se beneficiar das disposições da Lei Estadual nº 6.539/2004, estará obrigada a emitir Nota Fiscal com a descrição da isenção recebida, finalizando sua emissão com destaque no fato de que o preço a ser pago pelo Estado de Alagoas representa o valor da proposta comercial vencedora subtraído o respectivo valor do ICMS.

19.9. Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial

Anexo III – Minuta Contratual

Anexo IV – Modelos de Declaração

Meiry Soares Porciúncula

Pregoeira



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

1 - OBJETO

Contratação de empresa especializada para aquisição de alimentos para a manutenção das refeições dos hospitais integrantes do complexo uncisal até 31 de dezembro de 2011.

2 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de alimentos, para abastecimento do complexo da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas- UNCISAL: Maternidade Escola Santa Mônica - MESM, Hospital Escola Dr. Helvio Auto - HEHA, Hospital Escola Portugal Ramalho- HEPR e Prédio Sede da UNCISAL, no período de 2011, conforme termo de Referência, atendendo o que determina a lei 8666/93.

3 - ESPECIFICAÇÕES DOS ALIMENTOS

ALIMENTOS	UNIDADES					
	MEDIDA	HEHA	HEPR	MESM	SEDE	TOTAL
ADOÇANTE, TIPO: DIETÉTICO LÍQUIDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Emb. c/ 100ml	168	576	432	240	1416
ÁGUA MINERAL, MATERIAL: ÁGUA MINERAL NATURAL, GASEIFICAÇÃO: SAM GÁS, COMPOSIÇÃO QUÍMICA: EM NÍVEIS ACEITÁVEIS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, FÍSICO-QUÍMICA: EM NÍVEIS ACEITÁVEIS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE. UNIDADE DE FORNECIMENTO: COPO COM 200 ML.	Copo c/ 200ml		2.796			(2.796)
ALHO, TIPO: BRANCO E SECO, FORMA DE APRESENTAÇÃO: CABEÇA INTEIRA, DENTES FIRMES E SEM MACHUCÕES.	Emb. c/ 1kg	168	420	240		828
ALIMENTO ACHOCOLATADO, APRESENTAÇÃO: PÓ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CAIXA COM 400G. REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Cx. c/ 400g		864	240		(1.104)
AMEIXA, TIPO: EM CALDA - EMB. C/ 200G PESO DRENADO	Emb. c/ 200g		432	576		(1.008)

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DE ALAGOAS-UNCISAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

AMIDO DE MILHO, EMBALAGEM: CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Pct. c/ 200g	1.800	3.600	1.800		(7.200)
ARROZ PARBOILIZADO, TIPO: 01, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO CONTEM GLÚTEN.	Emb. c/ 1kg	3.960	8.280	6.000		18240
AZEITE DE OLIVA, TIPO: EXTRA VIRGEM PURO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA; NÃO CONTEM GLÚTEN.	Emb. c/ 200ml	108	432	480		(1.020)
BISCOITO DOCE, TIPO: MAISENA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTO DE GORDURAS TRANS E REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	Pct. c/ 400g		1.200			(1.200)
BISCOITO DOCE, TIPO: MARIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Pct. c/ 400g	2.880	3.120	7.440	2.856	16296
BISCOITO DOCE COM RECHEIO DE DOCE , TIPO: LANCHE , EM TABLETE TAMANHO GRANDE ENVOLVIDO EM PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO PACOTE COM 20 UNIDADES.	pct com 20 unid		3.000			(3.000)
BISCOITO DOCE, TIPO: MARIA ISENTO DE GORDURA TRANS , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Pct. c/ 400g		600			(600)
BISCOITO SALGADO, TIPO: CREAM CRACKER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGRISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Pct. c/ 400g	2.880	4.320	7.920	3.600	18720
BISCOITO SALGADO, TIPO: CREAM CRACKER INTEGRAL ISENTO DE GOTDURA TRANS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGRISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Pct. c/ 400g		1.200			(1.200)
BISCOITO, TIPO: ÁGUA, PRAZO DE VALIDADE: VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO.	Pct. c/ 400g			2.400	240	(2.640)
BOLO, TIPO: PRONTO, À BASE DE FARINHA DE TRIGO, SEM COBERTURA E SEM RECHEIO, SABOR: VARIADOS.	Unidade		696			(696)

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS-UNCISAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

CAFÉ , TIPO: EM PÓ TORRADO E MOÍDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM SELO ABIC , REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Emb. c/ 250g	3.600	7.920	7.200	3.600	(22.320)
CALDO, TIPO: DE CARNE INDUSTRIALIZADO: EMB. C/ 19 G.	Emb. c/ 19g		864			(864)
CALDO, TIPO: DE COSTELA INDUSTRIALIZADO: EMB. C/ 19 G.	Emb. c/ 19g		864			(864)
CALDO, TIPO: DE GALINHA INDUSTRIALIZADO: EMB. C/ 19 G.	Emb. c/ 19g		864			(864)
CANELA, TIPO: PÓ			72	144		(216)
CRAVO, TIPO: SEM MOFOS E FUNGOS.	Emb. c/ 1kg	-	6	12		(18)
CREME DE LEITE, TIPO: ESTERELIZADO, ESPECIFICAÇÃO: LEITE EM PÓ DESNATADO, ESPESSANTE GOMA XANTANA E ESTABILIZANTES FOSFATO DISSÓDICO E CITRATO DE SÓDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA; NÃO CONTEM GLÚTEN.	Lata c/ 395g	144	1.080	972		2196
CREME , TIPO: CEBOLA	Pac. c/ 65 gr		288			(288)
DOCE, TIPO: EM CORTE, SABOR: BANANA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Emb. c/ 600g			1.560		(1.560)
DOCE, TIPO: DE BANANA EM TABLETE TIPO BANANOLA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ENVOLVIDO EM PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO TAMANHO GRANDE PACOTE COM 20 UNIDADES REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Pct com 20 Unid		3.000			(3.000)
ERVA CHÁ, TIPO PREPARO: AUSÊNCIA DE FUNGOS E MOFOS , APRESENTAÇÃO: PÓ FINO, SABOR: ERVA DOCE.	Emb. c/ 1kg	48	12	72		(132)
ERVA CHÁ, TIPO PREPARO: EM FOLHAS, AUSÊNCIA DE FUNGOS E MOFO , APRESENTAÇÃO: PÓ FINO, SABOR: BOLDO	Emb. c/ 1kg	12	6	24		(42)
ERVA CHÁ, TIPO PREPARO: FLOR PARA CHÁ, SEM MOFO E SEM FUNGO, APRESENTAÇÃO: PÓ FINO, SABOR: CAMOMILA.	Emb. c/ 1kg	12				(12)

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS-UNCISAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

ERVILHA, FORMA DE APRESENTAÇÃO: REIDRATADAS, EM CONSERVA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Emb. c/ 200g	144	1.536	1.728	3408
FARINHA DE ROSCA, DESCRIÇÃO: NOVA, SEM PRESENÇA DE FUNGOS	Emb. c/ 1 litro		60	120	(180)
FARINHA DE TRIGO, APLICAÇÃO: ESPECIAL SEM FERMENTO	Emb. c/ 1 litro		720	480	(1.200)
FARINHA LÁCTEA, APRESENTAÇÃO: PÓ, COMPOSIÇÃO: FARINHA DE TRIGO, LEITE EM PÓ INTEGRAL, AÇÚCAR, SAL, GLÚTEN, VITAMINAS E MINERAIS.	Lata c/ 400g	72	288	576	936
FEIJÃO DE CORDA, CARACTERÍSTICA ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA: NÃO CONTÉM GLUTÉN.	Emb. c/ 1 litro		1.080		(1.080)
FERMENTO, APRESENTAÇÃO: EM PÓ QUÍMICO TRADICIONAL	lata c/ 100g			48	(48)
IOGURTE, TIPO: CREMOSO; SABOR: MORANGO; EMBALAGEM: PLASTICA	Emb. c/ 1 litro	1.872	2.880		4752
LEITE DE VACA, COMPOSIÇÃO: LEITE TIPO C, IN NATURA, PASTEURIZADO, COM CONTEÚDO LÍQUIDO DE 1 LITRO.	1 litro	14.640	39.000		53640
LEITE CONDENSADO, TIPO: TRADICIONAL, COMPOSIÇÃO: LEITE INTEGRAL, AÇÚCAR, LACTOSE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA; NÃO CONTÉM GLÚTEN.	Emb. c/ 395g	24	96	972	1092
LEITE DE CÔCO, TIPO: NORMAL, COM BAIXO TEOR DE GORDURA.	Emb. c/ 500ml	180	1.692	864	2736
LOURO, UNIDADE DE FORNECIMENTO: ., CARACTERÍSTICAS: SEM FUNGOS E MOFOS.	Emb. c/ 1kg	2	6	24	32
MACARRÃO, TIPO: ESPAGUETE, ESPECIFICAÇÃO: SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO, ÁCIDO FOLICO E CORANTE BETOCAROTENO, COM OVOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO CONTEM COLESTEROL	Emb. c/ 500g	2.880	3.600	7.200	13680



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

MACARRÃO, TIPO: PARAFUSO, ESPECIFICAÇÃO: SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO, ÁCIDO FOLICO E CORANTE BETOCAROTENO, COM OVOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO CONTEM COLESTEROL	Emb. c/ 500g		480	1.200		(1.680)
MAIONESE TRADICIONAL, UNIDADE DE FORNECIMENTO: ,, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Emb. c/ 250g	168	1.440	864		2472
MASSA PUBA, TIPO: FRESCA.	Embalagem com 1 kg		180			(180)
MASSA TAPIOCA, TIPO: FRESCA	Embalagem com 1 kg		240			(240)
MILHO DESOLHADO, DESCRIÇÃO, TIPO: GRÃO. APLICAÇÃO:ALIMENTAÇÃO HUMANA. ATRIBUTO: SECO E DESOLHADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO AGRICULTURA.	Emb. c/ 500g	12	1.440	720		(2.172)
MILHO VERDE, TIPO: EM CONSERVA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Emb. c/ 200g	144	1.440	1.440		3024
MOLHO, TIPO: SOJA; EMBALAGEM:GARRAFA COM 50ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINESTÉRIO DA AGRICULTURA.	Unidade	144	288			432
MOSTARDA, TIPO: 1ª QUALIDADE, UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM DE PLÁSTICO COM 200 GRAMAS	Unidade	144	120			(264)
ÓLEO VEGETAL A BASE DE SOJA	Emb. c/ 900ml	720				720
ORÉGANO, DESCRIÇÃO: SEM MOFO E FUNGOS	Embalagem com 1 kg	01	6	24		31
ÓLEO DE GIRASSOL	Emb. c/ 900ml			12		(12)
OVO , TIPO: GALINHA , TAMANHO: GRANDE	Cx c/ 360 und	60	72	192		(324)
PÃO CRIOULO, TIPO: CRIOULO, INGREDIENTES: À BASE DE FARINHA DE TRIGO, MIOLO DE COR BRANCO-CREME E PESO MÉDIO DE 50G, SEM SAL.	Embalagem com 1 kg		1.488			(1.488)



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

PÃO DOCE, TIPO: DOCE DE COCO, INGREDIENTES: À BASE DE FARINHA DE TRIGO, COM COBERTURA OPU RECHEIO DE DOCE DE COCO, MIOLO COR BRANCO-CREME, PESANDO 50G EM MÉDIA.	Embalagem com 1 kg		1.488			(1.488)
PÃO FRANCÊS, TIPO: À BASE DE FARINHA DE TRIGO, COM SAL, QUE APRESENTE CASCA CROCANTE DE COR UNIFORME, CASTANHO DOURADO E MIOLO DE COR BRANCA-CREME, GRANULAÇÃO FINO NÃO UNIFORME, PESANDO 50G (PERMITE VARIAÇÃO DE ATÉ 5%)	Embalagem com 1 kg	1.440	9.960	7.200		18600
PIMENTA, TIPO: DO REINO MOÍDA.	Embalagem com 1 kg		24			(24)
POLPA DE FRUTAS, SABOR: ACEROLA	Emb. c/ 100g	15.000	2.400	18.000	120	35520
POLPA DE FRUTAS, SABOR: CAJÚ	Emb. c/ 100g			12.000	120	12.120)
POLPA DE FRUTAS, SABOR: GOIABA	Emb. c/ 100g	15.000	1.200	21.600		37800
POLPA DE FRUTAS, SABOR: MARACUJÁ	Emb. c/ 100g	15.000	1.200	10.800	120	27120
PRESUNTO, TIPO: REFRIADO FATIADO, EM MÉDIA COM 25G POR FATIA, SEM MOFOS E FUNGOS COM SUPERFÍCIE LISA COM COR E ADOR CARACTERÍSTICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INSPECIONADA PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	Quilo	36	180	180		396
QUEIJO MUSSARELA, TIPO: MUSSARELA, DESCRIÇÃO: FATIADO, EM MÉDIA COM 25G POR FATIA, SEM MOFOS E FUNGOS COM SUPERFÍCIE LISA COM COR E ODOR CARACTERÍSTICO.	Quilo	480	192	480		(1.152)
REFRIGERANTE, SABOR: À TRATAR COM O CONTRATANTE, DIET, EMBALAGEM: PET COM 2 LITROS.	Pet c/ 2 litros	10	132			142
SAL COZINHA, APRESENTAÇÃO: REFINADO IODADO	Emb. c/ 1kg	720	1.440	720		(2.880)
SAL COZINHA, APRESENTAÇÃO: SAL REFINADO IODADO EM SACHÊ DE 1 G	Caixa c/ 2KG	12	150	24		(186)
SALSICHA BOVINA,	Quilo		420			

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS-UNCISAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

CARACTERÍSTICAS: SALSISHA: TIPO: À GRANEL.		-				(420)
SARDINHA, TIPO: EM ÓLEO COMESTÍVEL	Emb. c/ 130g			4.800		(4.800)
SOPA, TIPO:INDUSTRIALIZADA, SABOR: CEBOLA.	Emb. c/ 68g			480		(480)
SUCO DE FRUTA, SABORES VARIADOS, EMBALAGEM TETRA PARK COM 200ML	Emb 200ml			6.000		(6.000)
TEMPERO, TIPO: NOVO, ODOR FORTE E CARACTERÍSTICO.	Emb. c/ 1kg	-	2.568	72		(2.640)
VINAGRE, TIPO: CONDIMENTADO	Emb. c/ 900 ml	780	1.584	1.440		3804
VINAGRE, TIPO: VINHO BRANCO	Emb. c/ 200gr			432		(432)
AMIDO DE MILHO C/ FAR. DE ARROZ, CARACT. ADICIONAIS: REGISTRADO NO MIN. AGRICULTURA EMB.200G	Emb. c/ 750 ml	600				(600)
FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO	Embalagem com 1 kg	12				(12)
DOCE DE CORTE, TIPO GOIABADA EMB.600G	Embalagem com 600gr	120				(120)
LEITE CONDENSADO, TIPO TRADICIONAL, COMPOSIÇÃO: LEITE INTEGRAL, AÇÚCAR, LACTOSE. CARACT ADICIONAIS: REGISTRADO NO MIN. AGRICULTURA	Emb. c/ 395g	24				(24)
MASSA, TIPO PARA LASANHA EMB. 500G	Emb. c/ 500g	180				(180)
MARGARINA VEGETAL SEM SAL EMB 250G	Emb. c/ 250g	144				(144)
FARINHA DE CEREAL - AROZ TIPO: MUCILON	lata c/ 400g	144				(144)
FARINHA 3 CEREAIS, FONTE DE 10 VITAMINAS E FERRO, FEITO COM CEREAL INTEGRAL, TIPO: NESTON	lata c/ 400g	72				(72)
CATCHUP, UNIDADE DE FORNECIMENTO: ., TIPO: TRADICIONAL; CONDIMENTO A BASE DE POLPA DE TOMATE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Emb. c/ 300g	144	96	1.440		1680



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

PROPOSTA DE PREÇO:

LOTE I

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. COMPRA	Quant.	Marca	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ÁGUA MINERAL, MATERIAL: ÁGUA MINERAL NATURAL, GASEIFICAÇÃO: SEM GÁS, COMPOSIÇÃO QUÍMICA: EM NÍVEIS ACEITÁVEIS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, FÍSICO-QUÍMICA: EM NÍVEIS ACEITÁVEIS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE. UNIDADE DE FORNECIMENTO: COPO COM 200 ML.	Copo c/ 200ml	2.796			
02	ALHO, TIPO: BRANCO E SECO, FORMA DE APRESENTAÇÃO: CABEÇA INTEIRA, DENTES FIRMES E SEM MACHUCÕES.	Emb. c/ 1kg	828			
03	ADOÇANTE, TIPO: DIETÉTICO LÍQUIDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Emb. c/ 100ml	1.416			
04	AMEIXA, TIPO: EM CALDA - EMB. C/ 200G PESO DRENADO	Emb. c/ 200g	1.008			
05	ARROZ PARBOILIZADO, TIPO: 01, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO CONTEM GLÚTEN.	Emb. c/ 1kg	18.240			
06	FEIJÃO DE CORDA, CARACTERÍSTICA ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA: NÃO CONTÉM GLUTÉN.	Emb. c/ 1 litro	1.080			
07	AMIDO DE MILHO, EMBALAGEM. DESCRIÇÃO: MISTURA PARA MINGAU, TRADICIONAL, SABOR BAUNILHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. TIPO CREMOGEMA	EMB. C/ 200g	7200			
TOTAL DO LOTE						



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

LOTE II

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. COMPRA	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	BISCOITO DOCE, TIPO: MAISENA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTO DE GORDURAS TRANS E REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	Pct. c/ 400g	1.200			
02	BISCOITO DOCE, TIPO: MARIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Pct. c/ 400g	16.296			
03	BISCOITO DOCE COM RECHEIO DE DOCE , TIPO: LANCHE , EM TABLETE TAMANHO GRANDE ENVOLVIDO EM PLASTICO TANSPARENTE ATOXICO PACOTE COM 20 UNIDADES.	pct com 20 unid	3.000			
04	BISCOITO DOCE, TIPO: MARIA ISENTO DE GORDURA TRANS , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Pct. c/ 400g	600			
05	BISCOITO SALGADO, TIPO: CREAM CRACKER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGRISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Pct. c/ 400g	18.720			
06	BISCOITO SALGADO, TIPO: CREAM CRACKER INTEGRAL ISENTO DE GOTDURA TRANS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGRISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Pct. c/ 400g	1.200			
07	BISCOITO, TIPO: ÁGUA, PRAZO DE VALIDADE: VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO.	Pct. c/ 400g	2.640			
	TOTAL					



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

LOTE III

ITEM	ESPCIFICAÇÃO	UNID. COMPR A	QUANT.	Marca	V.Unitário	V.Total
01	CAFÉ , TIPO: EM PÓ TORRADO E MOÍDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM SELO ABIC , REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Emb. c/ 250g	22.320			
02	CALDO, TIPO: DE CARNE INDUSTRIALIZADO: EMB. C/ 19 G.	Emb. c/ 19g	864			
03	CALDO, TIPO: DE COSTELA INDUSTRIALIZADO: EMB. C/ 19 G.	Emb. c/ 19g	864			
04	CALDO, TIPO: DE GALINHA INDUSTRIALIZADO: EMB. C/ 19 G.	Emb. c/ 19g	864			
05	CANELA, TIPO: PÓ	c/20g	216			
06	CRAVO, TIPO: SEM MOFOS E FUNGOS.	Emb. c/ 1kg	18			
07	CREME , TIPO: CEBOLA	Pac. c/ 65 gr	288			
08	CATCHUP, UNIDADE DE FORNECIMENTO: ., TIPO: TRADICIONAL; CONDIMENTO A BASE DE POLPA DE TOMATE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Emb. c/ 300g	1680			
	TOTAL					



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

LOTE IV

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unid. compra	Quant.	Marca	Valor unitário	V.TOTAL
01	DOCE, TIPO: EM CORTE, SABOR: BANANA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Emb. c/ 600g	1.560			
02	DOCE, TIPO: DE BANANA EM TABLETE TIPO BANANOLA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ENVOLVIDO EM PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO TAMANHO GRANDE PACOTE COM 20 UNIDADES REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Pct com 20 Unid	3.000			
03	DOCE DE CORTE, TIPO GOIABADA EMB.600G	Embalagem com 600gr	120			
04	ERVA CHÁ, TIPO PREPARO: AUSÊNCIA DE FUNGOS E MOFOS , APRESENTAÇÃO: PÓ FINO, SABOR: ERVA DOCE.	Emb. c/ 1kg	132			
05	ERVA CHÁ, TIPO PREPARO: EM FOLHAS, AUSÊNCIA DE FUNGOS E MOFO , APRESENTAÇÃO: PÓ FINO, SABOR: BOLDO	Emb. c/ 1kg	42			
06	ERVA CHÁ, TIPO PREPARO: FLOR PARA CHÁ, SEM MOFO E SEM FUNGO, APRESENTAÇÃO: PÓ FINO, SABOR: CAMOMILA.	Emb. c/ 1kg	12			
07	ERVILHA, FORMA DE APRESENTAÇÃO: REIDRATADAS, EM CONSERVA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Emb. c/ 200g	3.408			
08	LOURO, UNIDADE DE FORNECIMENTO: ., CARACTERÍSTICAS: SEM FUNGOS E MOFOS.	Emb. c/ 1kg	32			
	TOTAL					



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

LOTE V

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unid. compra	Quant.	Marca	Valor unitário	V.TOTAL
01	FARINHA DE ROSCA, DESCRIÇÃO: NOVA, SEM PRESENÇA DE FUNGOS	Emb. c/ 1 litro	180			
02	FARINHA DE TRIGO, APLICAÇÃO: ESPECIAL SEM FERMENTO	Emb. c/ 1 litro	1.200			
03	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO	Embalagem com 1 kg	12			
04	FARINHA LÁCTEA, APRESENTAÇÃO: PÓ, COMPOSIÇÃO: FARINHA DE TRIGO, LEITE EM PÓ INTEGRAL, AÇÚCAR, SAL, GLÚTEN, VITAMINAS E MINERAIS.	Lata c/ 400g	936			
05	FERMENTO, APRESENTAÇÃO: EM PÓ QUÍMICO TRADICIONAL	lata c/ 100g	48			
06	FARINHA DE CEREAL - AROZ TIPO: MUCILON	lata c/ 400g	144			
07	FARINHA 3 CEREAIS, FONTE DE 10 VITAMINAS E FERRO, FEITO COM CEREAL INTEGRAL, TIPO: NESTON	lata c/ 400g	72			
	TOTAL					

LOTE VI

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unid. compra	Quant.	Marca	Valor unitário	V.TOTAL
01	IOGURTE, TIPO: CREMOSO; SABOR: MORANGO; EMBALAGEM: PLÁSTICA	Emb. c/ 1 litro	4.752			
02	LEITE DE VACA, COMPOSIÇÃO: LEITE TIPO C, IN NATURA, PASTEURIZADO, COM CONTEÚDO LÍQUIDO DE 1 LITRO.	1 litro	53.640			



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

03	LEITE CONDENSADO, TIPO: TRADICIONAL, COMPOSIÇÃO: LEITE INTEGRAL, AÇUCAR, LACTOSE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA; NÃO CONTÉM GLÚTEN.	Emb. c/ 395g	1.092			
04	LEITE DE CÔCO, TIPO: NORMAL, COM BAIXO TEOR DE GORDURA.	Emb. c/ 500ml	2.736			
05	LEITE CONDENSADO, TIPO TRADICIONAL, COMPOSIÇÃO: LEITE INTEGRAL, AÇÚCAR, LACTOSE. CARACT ADICIONAIS: REGISTRADO NO MIN. AGRICULTURA	Emb. c/ 395g	24			
06	CREME DE LEITE, TIPO: ESTERELIZADO, ESPECIFICAÇÃO: LEITE EM PÓ DESNATADO, ESPESSANTE GOMA XANTANA E ESTABILIZANTES FOSFATO DISSÓDICO E CITRATO DE SÓDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA; NÃO CONTEM GLÚTEN.	Lata c/ 395g	2.196			
07	ALIMENTO ACHOCOLATADO, APRESENTAÇÃO: PÓ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CAIXA COM 400G. REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Cx. c/ 400g	1.104			
TOTAL						

LOTE VII

ITEM	ESPCIFICAÇÃO	Unid. compra	Quant.	Marca	Valor unitário	V.TOTAL
01	MACARRÃO, TIPO: ESPAGUETE, ESPECIFICAÇÃO: SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO, ÁCIDO FOLICO E CORANTE BETOCAROTENO, COM OVOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO CONTEM COLESTEROL	Emb. c/ 500g	13.680			
02	MACARRÃO, TIPO: PARAFUSO, ESPECIFICAÇÃO: SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO, ÁCIDO FOLICO E CORANTE BETOCAROTENO,	Emb. c/ 500g	1.680			

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS-UNCISAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	COM OVOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO CONTEM COLESTEROL					
03	MAIONESE TRADICIONAL, UNIDADE DE FORNECIMENTO: ., CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Emb. c/ 250g	2.472			
04	MASSA PUBA, TIPO: FRESCA.	Embalagem com 1 kg	180			
05	MASSA TAPIOCA, TIPO: FRESCA	Embalagem com 1 kg	240			
06	MILHO DESOLHADO, DESCRIÇÃO, TIPO: GRÃO. APLICAÇÃO:ALIMENTAÇÃO HUMANA. ATRIBUTO: SECO E DESOLHADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO AGRICULTURA.	Emb. c/ 500g	2.172			
07	MILHO VERDE, TIPO: EM CONSERVA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	Emb. c/ 200g	3.024			
08	MOLHO, TIPO: SOJA; EMBALAGEM:GARRAFA COM 50ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINESTÉRIO DA AGRICULTURA.	Unidade	432			
09	MOSTARDA, TIPO: 1ª QUALIDADE, UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM DE PLÁSTICO COM 200 GRAMAS	Unidade	264			
10	MASSA, TIPO PARA LASANHA EMB. 500G	Emb. c/ 500g	180			
	TOTAL					



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

LOTE VIII

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unid. compra	Quant.	Marca	Valor unitário	V.TOTAL
01	ÓLEO VEGETAL DE SOJA, TIPO: VEGETAL REFINADO A BASE DE CANOLA.	Emb. c/ 900ml	720			
02	PIMENTA, TIPO: DO REINO MOÍDA.	Embalagem com 1 kg	24			
03	ORÉGANO, DESCRIÇÃO: SEM MOFO E FUNGOS	Embalagem com 1 kg	31			
04	ÓLEO DE GIRASSOL	Emb. c/ 900ml	12			
05	AZEITE DE OLIVA, TIPO: EXTRA VIRGEM PURO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA; NÃO CONTEM GLÚTEN.	Emb. c/ 200ml	1.020			
06	OVO , TIPO: GALINHA , TAMANHO: GRANDE	Cx c/ 360 und	324			
07	SAL COZINHA, APRESENTAÇÃO: REFINADO IODADO	Emb. c/ 1kg	2.880			
08	SAL COZINHA, APRESENTAÇÃO: SAL REFINADO IODADO EM SACHÊ DE 1 G	Caixa c/ 2g	186			
09	MARGARINA VEGETAL SEM SAL EMB 250G	Emb. c/ 250g	144			
	TOTAL					



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

LOTE IX

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unid. compra	Quant.	Marca	Valor unitário	V.TOTAL
01	PÃO CRIOULO, TIPO: CRIOULO, INGREDIENTES: À BASE DE FARINHA DE TRIGO, MIOLO DE COR BRANCO-CREME E PESO MÉDIO DE 50G, SEM SAL.	Embalagem com 1 kg	1.488			
02	PÃO DOCE, TIPO: DOCE DE COCO, INGREDIENTES: À BASE DE FARINHA DE TRIGO, COM COBERTURA OPU RECHEIO DE DOCE DE COCO, MIOLO COR BRANCO-CREME, PESANDO 50G EM MÉDIA.	Embalagem com 1 kg	1.488			
03	PÃO FRANCÊS, TIPO: À BASE DE FARINHA DE TRIGO, COM SAL, QUE APRESENTE CASCA CROCANTE DE COR UNIFORME, CASTANHO DOURADO E MIOLO DE COR BRANCA-CREME, GRANULAÇÃO FINO NÃO UNIFORME, PESANDO 50G (PERMITE VARIAÇÃO DE ATÉ 5%)	Embalagem com 1 kg	18.600			
04	BOLO, TIPO: PRONTO, À BASE DE FARINHA DE TRIGO, SEM COBERTURA E SEM RECHEIO, SABOR: VARIADOS.	Unidade	696			
	TOTAL					

LOTE X

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unid. compra	Quant.	Marca	Valor unitário	V.TOTAL
01	POLPA DE FRUTAS, SABOR: ACEROLA	Emb. c/ 100g	35.520			
02	POLPA DE FRUTAS, SABOR: CAJÚ	Emb. c/ 100g	12.120			
03	POLPA DE FRUTAS, SABOR: GOIABA	Emb. c/ 100g	37.800			
04	POLPA DE FRUTAS, SABOR:	Emb.	27.120			

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS-UNCISAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	MARACUJÁ	c/ 100g				
05	REFRIGERANTE, SABOR: À TRATAR COM O CONTRATANTE, DIET, EMBALAGEM: PET COM 2 LITROS.	Pet c/ 2 litros	142			
06	SUCO DE FRUTA, SABORES VARIADOS, EMBALAGEM TETRA PARK COM 200ML	Emb 200ml	6.000			
	TOTAL					

LOTE XI

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unid. compra	Quant.	Marca	Valor unitário	V.TOTAL
01	PRESUNTO, TIPO: REFRIADO FATIADO , EM MÉDIA COM 25G POR FATIA, SEM MOFOS E FUNGOS COM SUPERFÍCIE LISA COM COR E ADOR CARACTERÍSTICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INSPECIONADA PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	Quilo	396			
02	QUEIJO MUSSARELA, TIPO: MUSSARELA, DESCRIÇÃO: FATIADO, EM MÉDIA COM 25G POR FATIA, SEM MOFOS E FUNGOS COM SUPERFÍCIE LISA COM COR E ODOR CARACTERÍSTICO.	Quilo	1.152			
03	SALSICHA BOVINA, CARACTERÍSTICAS: SALSISHA: TIPO: À GRANEL.	Quilo	420			
04	SARDINHA, TIPO: EM ÓLEO COMESTÍVEL	Emb. c/ 130g	4.800			
	TOTAL					



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

LOTE XII

ITEM	ESPECIFICAÇÃO		QUANT	Marca	Valor unitário	V.TOTAL
01	SOPA, TIPO:INDUSTRIALIZADA, SABOR: CEBOLA.	Emb. c/ 68g	480			
02	TEMPERO, TIPO: NOVO, ODOR FORTE E CARACTERÍSTICO.	Emb. c/ 1kg	2.640			
03	VINAGRE, TIPO: CONDIMENTADO	Emb. c/ 900 ml	3.804			
04	VINAGRE, TIPO: VINHO BRANCO	Emb. c/ 200gr	432			
05	AMIDO DE MILHO C/ FAR. DE ARROZ, CARACT. ADICIONAIS: REGISTRADO NO MIN. AGRICULTURA EMB.200G	Emb. c/ 750 ml	600			
TOTAL						

4. ATRIBUIÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a:

4.1 Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto contratual, exceto quando isso ocorrer por exigência da **CONTRATANTE** ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;

4.2. Efetuar os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato por sua conta, na forma do art. 75 da Lei 8666/93 com as alterações da Lei 8883/94.

4.3. Responsabilizar-se pelos salários, encargo social, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do objeto contratado;

4.4. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros, tendo como agente a **CONTRATADA**, na pessoa de prepostos ou estranhos;



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 4.5.** Substituir, reparar ou repor o objeto ou parte dele considerada defeituoso, ou rejeitado pelo gestor desta contratação e/ou que venha a apresentar defeitos graves de fabricação ou ainda que tenha sido danificado pela **CONTRATADA** ou preposto seu;
- 4.6.** Promover a entrega dos bens no prazo, local e condições propostas na licitação e contrato, sem qualquer ônus adicional para a **CONTRATANTE**;
- 4.7.** Observar para transporte, seja ele de que tipo for, as normas adequadas relativas à embalagens, volumes, etc.;
- 4.8.** Responsabilizarem-se por todos os ônus, relativos ao fornecimento dos bens a si adjudicados, inclusive frete, desde a origem até sua entrega no local de destino;
- 4.9.** Observar rigorosamente todas as especificações técnicas, gerais, descritas neste termo de referência;
- 4.10.** Responsabilizarem-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependências da **CONTRATANTE**;
- 4.11.** Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza impostas à **CONTRATANTE** em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte.

5. ATRIBUIÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Constituem atribuições da CONTRATANTE

- 5.1.1.** Promover o recebimento do objeto do presente contrato nos prazos fixados para tal;
- 5.1.2.** Pagar, no vencimento, o valor do fornecimento acordado;
- 5.1.3.** Zelar pela boa operação e pelos bons cuidados com os materiais, zelando para que pessoas não autorizadas ou qualificadas manuseiem;
- 5.1.4.** Fornecer à **CONTRATADA** a relação de servidores e unidades autorizadas a acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e atestar os relatórios de visita, quando necessário.
- 5.1.5.** Publicar o resumo do Contrato e os Aditamentos que houver, no Diário Oficial do Estado da Alagoas, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, contanto que isto ocorra dentro de 20 dias a contar da referida assinatura.

6 – PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 O material deverá ser entregue de acordo o cardápio, podendo ser semanal, quinzenal ou mensal a depender da conveniência de cada unidade, observando a



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

solicitação do gestor da contratação, descrita na Ordem de Fornecimento, a entrega deverá ocorrer nos locais indicados nos respectivos contratos. A Contratada deverá, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, marcar data e horário para a entrega do material pelos telefones: Maternidade Escola Santa Mônica 9351-8911/99934288 (Nucleide); Hospital Escola Hélvio Auto 3315-3246 (Keila); Hospital Escola Portugal Ramalho 99211083 (Simonia).

6.2 O material será recebido nas seguintes condições:

6.2.1 Provisoriamente, a fim de verificar o atendimento às especificações e quantidades. Caso as especificações ou quantidades não estejam de acordo com as exigências editalícias, a contratada deverá substituir ou complementar o material, em questão, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.

6.2.2 Definitivamente, após vistoria que comprove a adequação das especificações e quantidades aos termos do edital.

A UNCISAL será rigorosa na conferência dos materiais entregues, reservando-se o direito de conceder a autorização do seu pagamento condicionada à qualidade do produto entregue.

7 – PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução é de 24 (vinte e quatro) horas, para água, pães, e bolos a contar da data da ordem de fornecimento do material e 15 (Quinze) dias para os demais itens.

8 – ACOMPANHAMENTOS DA EXECUÇÃO

Maternidade Escola Santa Mônica – Nucleide Brito de Farias Pereira de Sá.

Função: Nutricionista

Matricula: 12032-2

Hospital Escola Hélvio Auto – Keila de Lima Nunes Teófilo

Função: Nutricionista

Matricula: 1668-3

Hospital Escola Portugal Ramalho – Maria Simonia Costa

Função: Nutricionista

Matricula: 59066-5

9 – DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Os licitantes deverão apresentar, os documentos de habilitação exigidos pela Lei nº. 8.666/93.

Eventuais pedidos de informações/esclarecimentos deverão ser encaminhados a UNCISAL, por escrito no endereço: Rua Jorge de Lima nº. 113, Trapiche da Barra, CEP: 57010-300, Maceió/AL ou poderão ser enviados pelo fax (82) 3315.6741 / 6713.

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DE ALAGOAS-UNCISAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social da Licitante: CNPJ:
.....
Endereço:
.....
CEP
Telefone: FAX: E-Mail :
.....

As planilhas de quantitativos e custos conterão as descrições dos produtos que compõem a solução proposta, incluindo as respectivas quantidades, unidades, preços unitários e totais gerais, expressos em reais (R\$).

Item	DESCRIÇÃO	Marca e modelo:	Unid.	Quant	PREÇO expresso em R\$		
					UNITÁRIO	TOTAL	
01	XXXXXXXXXX		Unidade	XX			
TOTAL GERAL							

GARANTIA: A licitante **DECLARA** que o prazo de GARANTIA total de funcionamento em condições adequadas de uso, será de 12 (doze) meses consecutivos para os bens ofertados, após data de recebimento definitivo dos bens, incluindo fornecimento de mão-de-obra e quaisquer peças ou componentes necessários ao perfeito funcionamento do objeto, sem custos adicionais, excetuando-se casos fortuitos, de força maior, acidentes e mau uso da Administração.

PRAZO DE ENTREGA: será de no máximo até 15 (quinze) dias, a contar da data da ordem de fornecimento acompanhada da competente nota de empenho.

VALIDADE DA PROPOSTA: O Prazo de Validade desta Proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da abertura deste Certame.

PRAZO DE PAGAMENTO: A licitante **DECLARA** que acatará o pagamento da Administração conforme definido na minuta contratual, ANEXO III deste Edital.

CONTA BANCÁRIA: Banco XXXXX, Agência XXXX, Conta Corrente XXXXX.

Declaro:

1) que estão incluídas nesta proposta comercial, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, desembaraço aduaneiro, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.

2) que estou de acordo com todas as normas e condições deste Edital e seus anexos

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DE ALAGOAS-UNCISAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Local e data

(Nome e assinatura do responsável pela proponente em papel timbrado da empresa)

Anexo III – Minuta Contratual

**TERMO DE CONTRATO N.º (...)/(...),
QUE ENTRE SI CELEBRAM
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DE ALAGOAS – UNCISAL E A
EMPRESA (...), PARA FORNECIMENTO
DE GENEROS ALIMENTICIOS.**

CONTRATANTE: A Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL, órgão da Administração Indireta, inscrita no CNPJ sob o nº (...) e com sede na (...), representado pelo Reitor (a) Sr. (a), inscrito no CPF sob o nº (...),

CONTRATADA: A empresa (...), inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º (...) e estabelecida na (...), representada pelo seu (...), Sr. (...), inscrito no CPF sob o nº (...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...);

Os CONTRATANTES celebram, por força do presente instrumento, CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS, o qual se regerá pelas disposições da Lei nº. 8.666/1993 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto o fornecimento de (...), destinados à (...), conforme especificações e quantidades discriminadas no seu Anexo Único

(o Anexo Único deverá reproduzir o Termo de Referência)

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. O prazo de execução é de 24 (vinte e quatro) horas, para água, pães, e bolos a contar da data da ordem de fornecimento do material e 15 (Quinze) dias para os demais itens.

2.2. Todos os materiais adquiridos deverão ser entregues em suas embalagens originais, contendo marca, modelo, referência, fabricante, procedência, prazo de validade, entre outros, e de acordo com a legislação em vigor, observadas as especificações constantes no Anexo Único deste contrato.

2.3. O recebimento do objeto licitado dar-se-á nos termos do art. 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93, compreendendo duas etapas distintas:

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DE ALAGOAS-UNCISAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

2.3.1. O recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens com as especificações e quantidades discriminadas no Anexo Único deste contrato, ocorrerá, por ocasião da entrega do objeto licitado no local indicado neste Edital, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização deste contrato, mediante assinatura na Nota Fiscal representativa do fornecimento dos bens, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da entrega.

2.3.2. O recebimento definitivo dar-se-á pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização deste contrato, mediante termo circunstanciado, podendo ser lavrado no verso da Nota Fiscal representativa do fornecimento dos bens ou em documento específico, no prazo de até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório, e consistirá em:

2.3.2.1. Verificação física dos itens adquiridos para constatar a integridade dos mesmos.

2.3.2.2. Verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes do Anexo Único deste contrato e da proposta da Contratada.

2.4. A critério exclusivo da CONTRATANTE, poderão ser realizados ensaios, testes e demais provas acerca dos bens fornecidos, de forma a lhes verificar a sua perfeita utilização, conforme especificações discriminadas no Anexo Único deste contrato.

2.4.1. Os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a perfeita utilização dos bens correrão por conta da CONTRATADA.

2.4.2. Caso insatisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, todo o do objeto deste contrato será rejeitado, devendo ser substituído no prazo de até (...) dias úteis, quando se realizarão novamente as verificações.

2.4.2.1. Caso a substituição não ocorra no prazo previsto no subitem anterior ou caso os bens sejam novamente recusados e devolvidos, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

2.4.2.2. Os custos da substituição dos bens recusados e devolvidos correrão exclusivamente às expensas da Contratada.

2.5. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pelos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho dos bens fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor global deste contrato é de R\$... (...)

3.2. Os valores unitários dos bens adquiridos são os constantes da tabela abaixo: (...reproduzir o conteúdo da proposta comercial...)

3.3. O preço acordado neste contrato será fixo e irrevogável durante a vigência contratual

CLÁUSULA QUARTA – DA DESPESA

4.1. A despesa com a aquisição de que trata o objeto deste contrato corre à conta do seguinte crédito orçamentário, constante do orçamento da (...órgão ou entidade interessada...) para o exercício financeiro de (...ano vigente...): Programa de Trabalho (...); PTRES (...); PI (...); Elemento de Despesa (...); Fonte de Recursos (...).

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DE ALAGOAS-UNCISAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5.1. O prazo de vigência deste contrato terá vigência de até 31 de dezembro de 2011, contados da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

6.1. Cabe ao CONTRATANTE:

6.1.1. Acompanhar a entrega dos produtos e fiscalizar a boa prestação no fornecimento do material;

6.1.2. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir com a obrigação de fornecimento do material dentro das normas do contrato;

6.1.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nos termos deste contrato;

6.1.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções cabíveis;

6.1.5. Documentar as ocorrências havidas na execução do contrato;

6.1.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;

6.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto do Contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

6.1.8. Publicar os extratos do contrato e de seus aditivos, se houver, no Diário Oficial do Estado, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, contanto que isso ocorra dentro de 20 (vinte) dias, contados da referida assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

7.1. Cabe à CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações:

7.1.1. Entregar os bens contratados obedecendo as especificações e as quantidades previstas no Anexo Único deste contrato;

7.1.2. Oferecer os bens contratados com garantia de (...), contados da data do seu recebimento definitivo.

7.1.4. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE;

7.1.5. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

7.1.6. Comunicar à Administração do CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

7.1.7. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.8. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do objeto contratado;

7.1.9. Substituir os bens que, a juízo do representante do CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

7.1.10. Realizar, sob suas expensas, a entrega dos bens objeto do Contrato, mediante solicitação da Secretaria de Estado da (...), nos prazos fixados na Cláusula Quarta, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento;

7.1.11. Comunicar à Secretaria de Estado da (...), no prazo máximo de (...) a contar do término do prazo de entrega, os motivos que impossibilitaram o cumprimento dos prazos previstos neste Contrato.

7.1.12. Observar para transporte, seja ele de que tipo for, as normas adequadas relativas a embalagens, volumes, etc.;

7.1.14. Manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la sempre que for necessário.

7.2. À CONTRATADA cabe assumir a responsabilidade por:

7.2.1. Responder, em relação aos seus funcionários, que não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, inclusive encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

7.2.2. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

7.2.3. Encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

7.2.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

7.3. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

7.3.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste contrato;

7.3.2. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE,

7.3.3. A subcontratação total ou parcial de outra empresa para a execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto é acompanhada e fiscalizada pelo Sr. (...nome, cargo, emprego ou função, lotação e matrícula funcional), designado Gestor .

8.2. O gestor deste contrato terá, entre outras, as seguintes atribuições: expedir ordens de fornecimento; proceder ao acompanhamento técnico do fornecimento; fiscalizar a execução do contrato quanto a qualidade desejada; comunicar a **CONTRATADA** sobre descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento; solicitar a Administração a aplicação de penalidades por descumprimento de cláusula contratual; fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais; atestar as notas fiscais de fornecimento

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DE ALAGOAS-UNCISAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

para efeito de pagamentos; recusar os bens que estiverem fora das especificação e quantidades constantes deste Contrato e solicitar sua substituição; solicitar à CONTRATADA e seu preposto todas as providências necessárias ao bom fornecimento do material contratado.

CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

9.1. A CONTRATADA deve apresentar, após a entrega dos bens, nota fiscal em 2 (duas) vias, emitidas e entregues ao setor responsável pela fiscalização do contrato, para fins de liquidação e pagamento, acompanhada da comprovação de regularidade junto à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede.

9.2. A CONTRATADA cujo estabelecimento esteja localizado no Estado de Alagoas, desde que tenha optado por se beneficiar das disposições da Lei Estadual nº 6.539/2004, estará obrigada a emitir Nota Fiscal com a descrição da isenção recebida, finalizando sua emissão com destaque no fato de que o preço a ser pago pelo Estado de Alagoas representa o valor da proposta comercial vencedora subtraído o respectivo valor do ICMS.

9.3. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento definitivo, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA, Banco XXXXXX, agência XXXXXX, conta corrente n.º XXXXXX.

9.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

9.4.1. Recebimento definitivo dos serviços de conformidade com o disposto na Cláusula Segunda;

9.4.2. Apresentação da documentação discriminada no item 9.1 desta cláusula.

9.5. Havendo suspensão de pagamentos na forma do subitem anterior, a CONTRATADA será notificada do descumprimento do ajuste para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar a regularização necessária, sob pena de aplicação de penalidade e rescisão contratual, esta na forma da Cláusula Doze, subitem 12.2.1., em razão do não cumprimento da Cláusula Sétima, subitem 7.1.7., deste contrato.

9.6. Ultrapassando o prazo acima referido, sem prejuízo da penalidade e da rescisão do contrato, o pagamento deverá ser liberado.

9.7. O CONTRATANTE pode deduzir de importâncias devidas à CONTRATADA os valores correspondentes a multas ou indenizações por ela devidas em razão deste contrato.

9.8. Citado para se defender em processo judicial de terceiros, de natureza civil ou trabalhista, inclusive, mas não exclusivamente de empregado ou ex-empregado da Contratada, a CONTRATANTE fará o cálculo dos direitos pleiteados e, após dele notificar o Contratado, reterá o correspondente valor para fazer frente a eventual condenação, deduzindo-o de importâncias devidas à CONTRATADA.

9.8.1. O valor será restituído à CONTRATADA somente após a prova cabal do acerto definitivo entre a CONTRATADA e o terceiro litigante, quando restar demonstrada a inexistência de qualquer risco de condenação para a CONTRATANTE.



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

9.8.2. A CONTRATADA se obriga a exibir à CONTRATANTE, sempre que solicitada, os documentos comprobatórios do efetivo cumprimento das obrigações referentes ao processo judicial mencionado neste item.

9.8.3. O valor a que faz referência este item não renderá juros ou correção monetária, a qual poderá ser substituída, a pedido da CONTRATADA, por outra modalidade de garantia que, a critério da CONTRATANTE, for considerada idônea.

CLÁUSULA DEZ – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA ONZE – DAS SANÇÕES

11.1. A contratada que, por qualquer forma, não cumprir as normas do contrato celebrado está sujeita às seguintes sanções, assegurados o contraditório e ampla defesa, nos termos do Decreto Estadual nº 4.054/2008:

11.1.1. Advertência;

11.1.2. Multa;

11.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Alagoas;

11.1.4. Descredenciamento ou proibição de credenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores do Estado de Alagoas;

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública

11.2. As sanções previstas nos subitens 11.1.1., 11.1.3., 11.1.4. e 11.1.5. deste Edital poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

11.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas do contrato celebrado.

11.4. A multa aplicável será de:

11.4.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, pelo atraso, na entrega de material, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondentes a até 30 (trinta) dias de atraso;

11.4.2. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia, pelo atraso na entrega de material, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério da CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

11.4.3. 5% (cinco por cento) por descumprimento do prazo de entrega, calculados sobre o valor total do contrato ou da Nota de Empenho, sem prejuízo da aplicação das multas previstas nos subitens 11.4.1. e 11.4.2.;

11.4.4. 15% (quinze por cento) pela recusa injustificada em entregar total ou parcialmente o material, calculados sobre o valor correspondente à parte inadimplente;

11.4.5. 15% (quinze por cento) pela rescisão da avença, calculados sobre o valor total do contrato ou da Nota de Empenho;

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DE ALAGOAS-UNCISAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

11.4.6. 20% (vinte por cento) pelo não cumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto quanto ao prazo de entrega, calculados sobre o valor total do contrato ou da Nota de Empenho.

11.5. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente a ela devidos ou cobrada judicialmente.

11.6. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega de material, se dia de expediente normal no órgão ou entidade interessada, ou do primeiro dia útil seguinte.

11.7. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

11.8. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na entrega de material, a Nota de Empenho ou contrato deverá ser cancelada ou rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa.

11.9. A suspensão e o impedimento são sanções administrativas que temporariamente obstam a participação em licitação e a contratação com a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Alagoas, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:

11.9.1. Por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo da Advertência, a contratada permanecer inadimplente;

11.9.2. por até 12 (doze) meses, quando a contratada falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal; e

11.9.3. Por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a contratada:

11.9.3.1. Praticar atos ilegais ou imorais visando frustrar os objetivos da contratação; ou

11.9.3.2. For multada, e não efetuar o pagamento.

11.10. O prazo previsto no item 11.9.3 poderá ser aumentado até 5 (cinco) anos

11.11. O descredenciamento ou a proibição de credenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores do Estado de Alagoas são sanções administrativas acessórias à aplicação de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Alagoas, sendo aplicadas, por igual período.

11.11.1. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada à vista dos motivos informados na instrução processual, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

11.11.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir os prejuízos resultantes da sua conduta e depois de decorrido o prazo das sanções de suspensão e impedimento aplicadas.

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DE ALAGOAS-UNCISAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

11.11.3. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produz efeitos em relação tanto à Administração Direta, Autárquica e Fundacional, às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Alagoas, quanto à Administração Pública da União, demais Estados, Municípios e Distrito Federal.

CLÁUSULA DOZE – DA RESCISÃO

12.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

12.2. A rescisão deste contrato pode ser:

12.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

12.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

12.2.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

12.4. A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.5. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.6. A CONTRATADA reconhece todos os direitos da CONTRATANTE em caso de eventual rescisão contratual.

CLÁUSULA TREZE – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

13.1. O presente contrato fundamenta-se:

13.1.1. Federal nº 10.520/2002, o Decreto Estadual nº 1.424/2003;

13.1.2. A Lei Complementar nº 123/2006, o Decreto Estadual nº 4.123/2009;

13.1.3. A Lei Estadual nº 6.539/2004;

13.1.4. O Decreto Estadual nº 4.054/2008;

13.1.5. Na Lei Federal n. 8.666/1993 e Lei estadual nº 5.237/1991;

13.1.6. Lei Federal nº 8.078/1990.

13.2. O presente contrato vincula-se aos termos do Processo nº (...) especialmente:

13.2.1. Do edital do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX;

13.2.2. Do Parecer PGE-PLIC nº (...), aprovado pelos Despachos PGE-PLIC-CD nº (...) e PGE-GAB nº (...);

13.2.3. Da proposta vencedora da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Qualquer omissão ou tolerância de uma das partes, no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato ou ao exercer qualquer prerrogativa dele

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DE ALAGOAS-UNCISAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

decorrente, não constituirá renovação ou renúncia e nem afetará o direito das partes de exercê-lo a qualquer tempo.

CLÁUSULA QUINZE – DO FORO

15.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Cidade de Maceió - AL, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

Para firmeza e validade do que foi pactuado, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.
Maceió (AL), em XX de XXXX de XXXX.

CONTRATANTE

GESTOR CONTRATUAL

CONTRATADA

TESTEMUNHA CPF Nº

TESTEMUNHA CPF N

Anexo IV - Modelos de Declarações

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

(em papel timbrado da empresa)

Ref.: (Identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal, o Sr.
....., portador da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do
disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e no item 6.3
do Edital da licitação de referência, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e
que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DE ALAGOAS-UNCISAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Local e data.

(Representante legal)

PROCESSO N.º 41010-9552/2010 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DE ALAGOAS-UNCISAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 134/2011
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESTINADOS A UNCISAL



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

DECLARAÇÃO

(em papel timbrado da empresa)

Ref.: (Identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal, o Sr.
....., portador da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do
disposto no item 6.4 do Edital da licitação de referência, a inexistência de fato
superveniente impeditivo de sua habilitação, comprometendo-se a informar eventuais e
futuras ocorrências nesse sentido, sob as penas da Lei.

Local e data.

(Representante legal)



Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Comissão Permanente de Licitação – CPL

DECLARAÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

(em papel timbrado da empresa)

Ref.: (Identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal, o Sr.
....., portador da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do
disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela
Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, e no item 6.5 do Edital da licitação de
referência, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou
insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de
aprendiz, a partir de quatorze anos.

Local e data.

(Representante legal)